

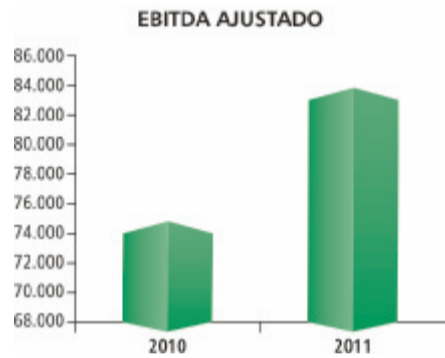
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

**Considerações gerais:**  
O ano de 2010 se notabilizou pela convergência final aos padrões da contabilidade internacional (IFRS), baseados na edição da Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, bem como vários CPC's e interpretações. O ano de 2011 é dado então continuidade à contabilização nesses padrões, onde os efeitos verificados em 2010 são reproduzidos também em 2011.

Não obstante a reprodução dos efeitos em 2011 das mudanças introduzidas em 2010 (principalmente no que diz respeito ao tratamento contábil do FIP), o resultado líquido negativo em 2011 foi cerca de 50% melhor que o ano de 2010. O caixa gerado pelas operações em 2011, de R\$ 68.111 mil, chega a R\$ 71.355 mil se considerarmos o valor de R\$ 3.244 mil, que deveria ter sido recebido em 30 de dezembro de 2011 e que, devido ao expediente bancário, foi recebido em 02 de janeiro de 2012. Excluindo-se este efeito calendário, o caixa gerado pelas operações em 2011 foi melhor que o ano de 2010 em R\$ 3.808 mil, mesmo considerando a realização de item não recorrente de indenização de terras ocorrido em 2011. Melhorora esta bastante explicada pelo aumento da receita e, descontado o efeito não recorrente acima citado, de um menor custeio. Por fim, vale ressaltar que o tratamento contábil do FIP tem ainda reflexos no registro e pagamento de imposto de Renda, na medida em que as despesas financeiras agora relacionadas às ações do FIP (Preferências tipo "B") são excluídas para fim de cálculo dos tributos, aumentando o mesmo em 2011 em cerca de R\$ 6.000 mil. Isto é, a convergência aos novos padrões contábeis não muda a geração operacional de caixa, porém introduz um efeito negativo no registro e pagamento de tributos.

Vale notar que o resultado operacional 2011, excluindo-se o efeito da indenização de terras não recorrente acima citado (de cerca de R\$ 12.000 mil), nos leva a resultados na média do setor, com uma relação EBITDA/Receita líquida de cerca de 68%, maior que o ano de 2010 que foi 63%. Registra-se nova operação de sazonalização da energia assegurada, realizada pelo quinto ano consecutivo, representando ingresso de recursos líquidos para a Companhia no montante aproximado de R\$ 1.200 mil. O faturamento de 2011 fora a operação de sazonalização foi superior ao faturamento de 2010 em cerca de 9%, ao passo que os custos e despesas, excetuando-se o item não recorrente citado, apresentam uma redução superior a 8%.



Estima-se que para os anos seguintes, com custeio operacional padrão, e em linha com o Plano de Negócios 2012 aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia apresente resultados operacionais ainda melhores, com resultados líquidos positivos.

No tocante à geração operacional registra-se o taxa média de disponibilidade da Usina em torno de 93,4% no ano de 2011.

Ainda no contexto operacional, o ano de 2011 se destaca também por:  
• Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.  
• Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo "meio ambiente"), com forte ação em projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de socioeconomia.

• Certificação técnica pela Voith-Siemens da capacidade maior de geração das turbinas da Corumbá com vistas ao processo de elevação da energia assegurada.  
• Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico da Corumbá, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório.  
• Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiárias e civil (Ação civil pública).

**Convergência às normas internacionais de Contabilidade:**

Em 28 de dezembro de 2007, foram promulgadas as Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". A aplicação das referidas Leis é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

O presente relatório já contempla as modificações para a convergência final mandatória para os exercícios desde 2010.

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração julgou desnecessário proceder à reavaliação de seus ativos não financeiros, na medida em que inexistem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Concessionária, lembrando sempre do contexto que se insere a Concessionária na modelagem do setor em que atua (Produtor independente – utilização de bem público).

Por definição, em regime de Concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, a teoria (e prática) é que o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da Concessão, seja através das condições atuais ou seja em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim deste, for verificada a existência de ativos não totalmente depreciados. Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de "impairment") a Administração ressalta no caso prático:

- A - Principais Indicadores Externos de "impairment":  
(i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;  
(ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: Não se aplica;  
(iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: Não se aplica;

(iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de "impairment":

(i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;  
(ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;

(iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências civis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento procedimentos de compra e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e civil, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associadas a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).
- Comitê para convergência ao IFRS: Reuniões mensais com a área contábil com finalidade de análise e discussão de convergência contábil para os critérios internacionais.

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2011, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações as provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22. **Renovação da Licença de Operação nº 514/2005**  
O IBAMA juntamente com a Companhia realizou audiências públicas em 2011 nas comunidades do entorno com vistas a renovação da LO nº 514/2005. O pedido de renovação da Licença de Operação (LO) nº 514/2005 da UHE Corumbá IV foi protocolado em agosto de 2009, sem maiores exigências por parte daquele órgão. Porquanto, até o pronunciamento oficial do órgão licenciador, a Licença de Operação encontra-se automaticamente prorrogada.

**Meio Ambiente**  
A Companhia visa sempre atender às especificações dos Programas Básicos Ambientais (PBAs), determinados em condicionantes na Licença de Operação – LO nº 514/2005, estabelecidas pelo órgão licenciador e fiscalizador competente (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA), e com base na política da administração empresarial que contempla a sustentabilidade econômica, social e ambiental para o reservatório e seu entorno.

As ações são desenvolvidas e implementadas por empresas especializadas, sob orientação e coordenação do Departamento de Meio Ambiente da Companhia. As frentes de trabalho do Departamento de Meio Ambiente estão agrupadas conforme similaridade de aspectos ambientais dos meios socioeconômico, físico e biótico, os quais visam mitigar e controlar alterações no reservatório da UHE Corumbá IV e no seu entorno.

MEIO SÓCIO ECONÔMICO	
<b>PBA COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROGRAMAS DE RÁDIO → Veiculados todas as 3ª e 6ª feiras, totalizando 104 programas.</li> <li>INFORMATIVOS → 4 informativos com tiragem de 5.000 exemplares cada.</li> <li>OUVIDORIA → Ouvidoria disponível via telefone, e-mails e home-page.</li> </ul>
<b>PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>7 Oficinas de Capacitação sendo: 3 para Agentes Ambientais (Silvânia, Corumbá de Goiás e Abadiânia) e 4 para funcionários UHE Corumbá IV.</li> <li>6 Eventos sendo: 2 Corumbá de Goiás, 1 Abadiânia, 1 Santo Antônio do Descoberto, 1 Silvânia e 1 Alexânia.</li> <li>3 Feiras de Ciências sendo: Abadiânia, Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.</li> <li>16 Oficinas sendo: 2 Abadiânia, 3 Alexânia, 3 Santo Antônio, 3 Luziânia, 2 Corumbá de Goiás, 3 Silvânia.</li> <li>1 Curso de Capacitação para Fiscais da UHE Corumbá IV (4 Módulos) em Luziânia.</li> </ul>
<b>PBA CONTROLE DE VETORES</b>	Ações realizadas em 4 municípios, com doação de materiais de insumo, folders, combustível e alimentação aos agentes.
<b>PBA SEGURANÇA E ALERTA</b>	No ano de 2011 foram realizadas 02 ações de Reciclagem da Brigada de Incêndio e da NR-10 totalizando 40 horas de orientação aos colaboradores.
<b>PBA REALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MALHA VIÁRIA → Terraplanagem para alteamento de aterro existente e execução de bueiro duplo com 1200 mm.</li> <li>REALOCAÇÃO DE ENERGIA E ÁGUA → 09 perfurações de poços e 07 desconstruções com construção de rede elétrica.</li> <li>DESCONSTRUÇÃO DE CASAS E BENFEITORIAS NA APP.</li> </ul>
<b>PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO UHE CORUMBÁ IV</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitoramento realizado baseado nas categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>Abertura e reabertura de estradas;</li> <li>Rampa de acesso ao reservatório;</li> <li>Construção de casa;</li> <li>Plantação;</li> <li>Desmatamento;</li> <li>Construção de Cerca;</li> <li>Instalação de rede elétrica;</li> <li>Área para churrasco;</li> <li>Construção de fossa;</li> <li>Quintal, horta, galinheiros, curral, chiqueiro; e</li> <li>Tanque para peixe</li> </ul> </li> </ul>

<b>PACUERA - PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DE RESERVATÓRIO ARTIFICIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As Consultas Públicas ocorrerão no ano de 2012, no período entre o dia 27 de fevereiro e 02 de março.</li> </ul>
---	---

<b>PROJETOS SOCIAIS: ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROJETO CAMPO SAÚDE → 715 pessoas foram beneficiadas com a doação de óculos de grau.</li> <li>PROJETO BALDE CHEIO → Foram doados 6 botijões de 200 doses de sêmen, totalizando 1200 doses de sêmen.</li> <li>JARDIM DO APRENDER → Realizado em 5 escolas dos municípios de Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Corumbá de Goiás e Silvânia, beneficiou aproximadamente 500 famílias.</li> <li>AGRINHO → Envolvimento de 350.000 alunos em 149 municípios.</li> <li>Capacitação de 12.500 professores de 1.400 escolas.</li> <li>Dentre os municípios influenciados pela UHE Corumbá IV, destaque para Silvânia, Alexânia e Gameleira de Goiás que foram premiados neste projeto.</li> <li>JARDIM DE CITRONELAS E TELAS ANTI-MOSQUITOS → Instalação de telas anti-mosquitos em 39 das 69 casas que serão beneficiadas pelo projeto e plantio de 1.000 mudas de citronelas.</li> <li>CONSTRUÇÃO DE CASAS → Construção de 1 casa de 100 m2 para uma família de 5 pessoas.</li> <li>REFORMA E CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS → Reforma de 01 Escola Inclusiva em Luziânia e Construção de 02 Escolas, sendo uma em Abadiânia e outra em Santo Antônio do Descoberto beneficiando 360 alunos.</li> </ul>
--	---

<b>DOAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>UNIFORMES ESCOLARES</li> <li>PLACAS AMBIENTAIS</li> <li>BRINQUEDOS</li> <li>CAMISETAS</li> <li>FOLDERS</li> </ul>
----------------	--

<b>PATROCÍNIOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CAVALHADAS DE CORUMBÁ DE GOIÁS → R\$ 28.100,00 para a realização do evento e outdoors.</li> <li>14º SEMINÁRIO GOIANO DE PECUÁRIA LEITEIRA - FAEG/SENAR → R\$ 5.000,00 de apoio ao evento.</li> <li>LIMPA BRASIL "LET'S DO IT" → R\$ 41.000,00 dividido nas ações de Brasília e Goiânia.</li> </ul>
--------------------	---

<b>MEIO FÍSICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coletas realizadas trimestralmente em 21 pontos, sendo 11 nos afluentes, 08 no reservatório e 03 na ETE do município de Santo Antônio do Descoberto.</li> </ul>
--------------------	--

<b>PBA MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dos 65 pontos monitorados: <ul style="list-style-type: none"> <li>22 estão controlados;</li> <li>42 estão recuperados; e</li> <li>1 está em processo de intervenção.</li> </ul> </li> </ul>
--	--

<b>PBA MONITORAMENTO CLIMÁTICO</b>	Sem registros de alteração no micro clima.
------------------------------------	--

<b>PBA MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS</b>	As análises da qualidade da água não apresentam sinais de contaminação do lençol freático.
---	--

<b>PBA MONITORAMENTO SISMOLÓGICO</b>	Sem registros de abalos sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.
--------------------------------------	---

<b>PBA MONITORAMENTO SEDIMENTOLÓGICO</b>	As pequenas alterações do fluxo de sedimentos observadas em 2011 se devem às variações dos níveis das águas nos períodos de seca e de chuvas.
--	---

<b>MEIO BIÓTICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>REVEGETAÇÃO DE: <ul style="list-style-type: none"> <li>23 ha. em Alexânia</li> <li>5 ha. em Luziânia</li> <li>10 ha. em Santo Antônio do Descoberto</li> <li>20 ha. em Abadiânia</li> </ul> </li> </ul>
---------------------	--

<b>PBA DE CONTROLE DE MACROFITAS AQUÁTICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retirada de 3.600 ton. de macrófitas do reservatório</li> <li>Produção de 27,5 ton. de biofertilizantes</li> </ul>
--	---

<b>PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de manutenção realizadas no ano: <ul style="list-style-type: none"> <li>Gradagem do solo;</li> <li>Correção do Ph com calcário;</li> <li>Adução de cobertura; e</li> <li>Plantio de gramíneas.</li> </ul> </li> </ul>
--	---

<b>PBA DA FAUNA SILVESTRE</b>	PBA CONCLUÍDO.
-------------------------------	----------------

<b>PBA DA ICTIOFAUNA</b>	PBA CONCLUÍDO.
--------------------------	----------------

Mais uma vez, agradecemos e ressaltamos o empenho de nossos Colaboradores, Parceiros e Acionistas que, no ano de 2011, acreditaram e contribuíram para o equilíbrio econômico-financeiro e socioambiental da Companhia.

Brasília, Fevereiro de 2012  
A ADMINISTRAÇÃO

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

Ativo	2011		2010		Passivo e patrimônio líquido	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	494	7.253			Fornecedores (Nota 10)	14.518	10.005		
Contas a receber (Nota 4)	13.299	9.063			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	36.669	36.171		
Adiantamentos	907	412			Provisão para causas judiciais (Nota 16)	158	5.748		
Tributos a recuperar (Nota 5)	1.049	621			Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.823	1.936		
Despesas antecipadas	163	229			Obrigações trabalhistas e sociais	390	346		
Outros ativos (Nota 6)	333	728			Obrigações tributárias	1.082	719		
	<u>16.245</u>	<u>18.306</u>			Dividendos propostos (Nota13(c))	6.080	6.080		
					Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.063	983		
					Outros passivos	402	498		
						<u>62.185</u>	<u>62.486</u>		
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	183.714	215.337		
Tributos diferidos (Nota 5)	54	4.299			Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	24.635	23.687		
Depósitos judiciais (Nota 16)	12	67			Compromisso com partes relacionadas (Nota 11)	156.491	141.795		
	66	4.366			Obrigações tributárias	1.392	1.213		
					Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)	41.427	41.427		
						<u>407.659</u>	<u>423.459</u>		
Imobilizado (Nota 7)	649.369	661.079			<b>Patrimônio líquido (Nota 13)</b>				
Intangível (Nota 8)	9.301	9.697			Capital social	375.453	375.453		
Diferido (Nota 9)	14.538	18.170			Recuperação de ações	(76.000)	(76.000)		
	673.274	693.312			Reservas de lucros	708	708		
					Prejuízos acumulados	(80.486)	(74.488)		
						<u>219.675</u>	<u>225.673</u>		
<b>Total do ativo</b>	<b>689.519</b>	<b>711.618</b>			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>689.519</b>	<b>711.618</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais

	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados		Total
	Capital social	Recuperação de ações	- Legal		Prejuízos acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2009	375.453	(76.000)	708		(62.884)	237.277	
Prejuízo do exercício					(11.604)	(11.604)	
Em 31 de dezembro de 2010	375.453	(76.000)	708		(74.488)	225.673	
Prejuízo do exercício					(5.998)	(5.998)	
Em 31 de dezembro de 2011	375.453	(76.000)	708		(80.486)	219.675	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**

A Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado entre a Corumbá e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Concessionária o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Concessionária. O empreendimento foi denominado de Usina Hidrelétrica Corumbá IV, situado no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás. A Concessionária tem prazo de Concessão de 35 anos, podendo ser prorrogado caso o contrato de concessão também seja.

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 1º de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006.

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.
- Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- Aterir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 45.940 no encerramento do exercício, sobre o ativo circulante são administráveis no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Companhia, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

**2.1 Base da preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria e submetidas ao Conselho Fiscal da Companhia em 24 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração de demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados

reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não ocorreram movimentações em "Outros resultados abrangentes", dessa forma não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

**2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras garantidoras do contrato de financiamento são demonstradas no balanço patrimonial reduzindo o passivo não circulante.

**2.3 Ativos circulante e não circulante**

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**2.4 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes, para o imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

**2.10 Ativo diferido**

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

**2.11 Contas a pagar aos fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.12 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.13 Provisões**

Para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- a Concessionária tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.14 Depósito judicial**

Os depósitos são registrados e mantidos em valores originais e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

**2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

**2.16 Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	2011	2010
Caixa	115	557
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	10	6.696
Banco do Brasil S.A. – Aplicação financeira	369	
	<b>494</b>	<b>7.253</b>

(a) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário – CDB avaliados a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor de mercado, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata.

**4 Contas a receber**

	2011	2010
CEB Distribuição S.A.	13.299	9.063
Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.		
<b>5 Tributos a recuperar e diferido</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	54	1.954
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)		2.345
PIS e COFINS a recuperar (c)	1.016	592
Outros	33	29
	1.103	4.920
Circulante	(1.049)	(621)
Não Circulante	54	4.299

(a) Em 2009, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferença temporária de provisão para causas judiciais (Nota 16), que foram baixados em 2011.

(b) Refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados mensalmente sobre balancete de suspensão ou redução, que por conta da sazonalização dos lucros e prejuízos mensais, foi registrado a maior que o devido na apuração final de 2010 e foram compensados ao longo de 2011.

(c) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa.

**Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.030	(7.382)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	690	(2.510)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Adições permanentes (i)	7.305	6.954
Despesas imediatíveis	102	74
Outros	(69)	(296)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>8.028</b>	<b>4.222</b>

(i) Refere-se principalmente aos encargos da FIP – BRB (Nota 11).

**6 Outros ativos**

Refere à complementação de garantia depositada no Banco Bradesco (custodiante da CCEE) para fazer face às exigências de garantia das operações de energia elétrica no mercado de curto prazo, liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**7 Imobilizado**

**(a) Composição**

	2011		2010		Taxa média anual de depreciação % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
<b>Imobilizado em serviço – Usina</b>					
Terenos	93.701		93.701	90.949	
Reservat., barragens e adutoras (i)	468.199	(53.943)	414.256	423.640	2
Máquinas e equipamentos (ii)	169.319	(28.550)	140.769	145.742	4
Veículos e embarcações	560	(364)	196	297	20
<b>Imobilizado em serviço – Administração</b>					
Computadores e periféricos	350	(156)	194	205	10
Móveis e utensílios	179	(102)	77	94	10
Outros	328	(152)	176	152	10
	<b>732.636</b>	<b>(83.267)</b>	<b>649.369</b>	<b>661.079</b>	

(i) Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

(ii) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng-Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Concessionária com a Serveng-Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.

(\*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

**(b) Movimentação**

	2011	2010
Saldo inicial em 1º de janeiro	661.079	686.820
Aquisições	3.266	469
Baixas (a)	(400)	(13.754)
Depreciação	(14.576)	(12.456)
	<b>649.369</b>	<b>661.079</b>

(a) Em 2010 refere-se a transferência (Nota 19) da Subestação Santa Maria em atendimento ao disposto no Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD).

**8 Intangível**

**(a) Composição**

	2011		2010		Taxa média anual de amortização %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(30)	714	744	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(4.278)	8.587	8.953	2,9
	<b>13.609</b>	<b>(4.308)</b>	<b>9.301</b>	<b>9.697</b>	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão e amortizado pelo prazo da concessão.

**(b) Movimentação**

	2011	2010
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.697	10.064
Amortização	(396)	(367)
	<b>9.301</b>	<b>9.697</b>

**9 Diferido**

**(a) Composição**

	2011		2010		Taxa anual de amortização %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
<b>Diferido em serviços:</b>					
Usina	18.916	(11.155)	7.761	9.699	10
Administração	16.519	(9.742)	6.777	8.471	10
	<b>35.435</b>	<b>(20.897)</b>	<b>14.538</b>	<b>18.170</b>	

**(b) Movimentação**

	2011	2010
Saldo inicial em 1º de janeiro	18.170	21.802
Amortização	(3.632)	(3.632)
	<b>14.538</b>	<b>18.170</b>

**10 Fornecedores**

	2011	2010
Empresa coligada – Serveng Civilsan S.A. (a)	7.611	8.179
Credores diversos – Terrenos	2.410	315
Diversos (b)	4.497	1.511
	<b>14.518</b>	<b>10.005</b>

(a) Registram-se neste item as correções contratuais previstas do contrato de obras e pagamentos.

(b) Inclui valor de energia no âmbito da sazonalização que acompanhará novas movimentações de venda em 2012.

**11 Partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Conta a receber - CEB Distribuição S.A.	13.299	9.063
Fornecedores - Serveng-Civilsan S.A.	(7.611)	(8.179)
Dividendos - FIP - BRB	(6.080)	(6.080)
Compromisso com partes relacionadas (FIP - BRB) - Não Circulante (a)	(156.491)	(141.795)
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)		
Serveng-Civilsan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)

Resultado financeiro – Serveng-Civilsan S.A.  
Despesa financeira FIP (Nota 21)

Receita operacional Bruta – CEB Distribuidora S.A.  
Resultado financeiro – Serveng-Civilsan S.A.  
Despesa financeira FIP (Nota 21)

(i) O saldo de R\$ 38.195 e R\$ 3.232 permanecerão registrados no Não Circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.

**(a) Opção de compra de ações próprias**

O acionista Fundo de Investimento em Participações BRB – Corumbá Concessões S.A. (“Fundo”) efetuou operação de Opção de Venda de Ações por meio de Instrumento Particular datado de 29 de abril de 2005. Segundo este documento, o Fundo tem o direito de vender à Concessionária as ações adquiridas, considerando a atualização pela variação do IGP-M acrescida de juros de 8,5% ao ano, contados a partir da data de integralização do capital.

As partes acordaram que o Fundo poderá exercer a opção de venda das ações detidas somente a partir do 1º dia útil do 11º ano contado da completa motorização da Usina. Por outro lado, a Concessionária tem a opção de exercer a compra das ações do Fundo a qualquer momento, com a devida remuneração, conforme contrato. Nesse momento, a remuneração líquida será considerada no preço de aquisição e registrada como ações em tesouraria.

Em linha com as CPCs 38 a 40, em especial aos itens 11 e 16 da CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação), os valores vinculados ao Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP – Corumbá), é reconhecido como instrumento financeiro, mensurado pelo valor justo por meio de resultado, lançado no passivo da Corumbá, tanto a parcela relativa ao aporte inicial, como também suas atualizações contra resultado. Para tal, foi criada uma conta redutora (R\$ 76.000) do Patrimônio líquido em valor equivalente ao aporte inicial do FIP na Companhia, tendo como contrapartida o lançamento desse valor no passivo, ao mesmo tempo, são reconhecidos também nesse passivo, com efeito no resultado, os valores relativos à sua atualização e remuneração definidas em contrato.

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 – R\$ 687).

**12 Empréstimos e financiamentos**

	2011	2010
Financiamentos (i)		
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano)	193.325	222.378
Banco do Brasil S.A. (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano)	27.058	29.130
	<b>220.383</b>	<b>251.508</b>
Circulante	(36.669)	(36.171)
Não Circulante	183.714	215.337

(i) Os financiamentos de longo prazo referem-se a recursos recebidos do BNDES e do Banco do Brasil S.A. O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 232.160 com o BNDES e R\$ 40.000 com o Banco do Brasil S.A. No cronograma de amortização repactuado em agosto de 2008, é previsto que ao final do contrato, as prestações sejam amortizadas em 135 parcelas (destas 62 já incorridas para os Subcréditos A e C e 63 parcelas para o Subcrédito B e D) finalizando os referidos contratos em janeiro de 2018.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

	2011	2010
2012	36.140	35.398
2013	36.140	35.398
2014	36.140	35.398
2015	75.294	73.745
2016 em diante	183.714	215.337

Os financiamentos estão garantidos por: (i) penhor dos direitos emergentes da Concessão; (ii) ações da Concessionária, de propriedade da Serveng-Civilsan e C&M Engenharia Ltda.; (iii) pelo contrato de venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A.; e (iv) aval da empresa Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., empresa holding detentora do controle acionário da Serveng-Civilsan.

As aplicações financeiras em CDB vinculadas à garantia ao pagamento de parcelas do financiamento com o Banco do Brasil em 2010 foram classificadas, como conta redutora de Empréstimos e financiamentos - não circulante, no valor de R\$ 2.104. Em maio de 2011, a conta garantia do Banco do Brasil foi substituída pela Carta Fiança nº 2.052.091-4 emitida pelo Banco Bradesco S.A. com validade até 09 de maio de 2014.

**13 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social é representado por 692.914.832 Ações Nominativas sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA” e 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNB”, totalizando um capital subscrito de R\$ 375.453.

**(b) Direitos de ações**

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A” e de ações ordinárias.

As ações preferenciais nominativas da Classe “B” não têm direito de voto e gozam da seguinte vantagem e preferência:

- Prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, calculados com base nos percentuais a seguir indicados, contados a partir da “Completa Motorização da Usina”, ocorrida em 31 de dezembro de 2007, ressaltando-se que os anos abaixo indicados têm por base o ano de apuração dos lucros e não o ano de sua distribuição, de forma que os dividendos serão distribuídos no ano seguinte sobre a parcela integralizada do capital social representada pelas ações preferenciais da Classe “B” à época da distribuição avaliada pelo preço de subscrição, que em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.080:
- 1º e 2º ano - 6% (seis por cento);
- 3º ao 5º ano - 8% (oito por cento);
- 6º e 7º ano - 10% (dez por cento);
- 8º e 9º ano - 11% (onze por cento); e
- 10º a 13º ano - 12% (doze por cento).

• A partir do 14º ano essa classe de ações seguirá sem direito a voto e terá assegurada como única vantagem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Concessionária, não tendo mais direito a dividendo fixo acima especificado.

**(c) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento dos dividendos aos detentores das ações PNB, de 8% do capital integralizado por estas ações, perfazendo montante de R\$ 6.080, relativos ao exercício de 2011, a ser pago no ano de 2012 (Nota 11).

**14 Obrigação pelo uso do bem público – “Outorga”**

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 88 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Concessionária, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Concessionária assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

**15 Cobertura de seguros**

A Concessionária tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e civis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2011, respectivamente, R\$ 476.055 e R\$ 139.000.

**16 Provisão para causas judiciais**

A Concessionária é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

**Composição**

	Dep	
--	-----	--



**CORUMBÁ**  
CONCESSÕES S.A.

**CORUMBÁ CONCESSÕES S/A**

CNPJ nº 04.066.598/0001-72

www.corumbaconcessoes.com.br

**DIRETORIA**

**Marconi Melquiádes de Araújo**  
Diretor Presidente

**Marcelo Siqueira Mendes**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**CONTADOR**

**Rejane Reis Salgado**  
CRC MG-069601/O-4 T-DF

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. 2011**

Marcelo de Sousa Ribeiro  
Rubem Fonseca Filho

Rodrigo Alves de Lima  
Rooney Donizetti Puntel

Mario Augusto Lima e Silva

Nilza Rodrigues de Moraes

Laize de Freitas

William Tannus

Célio Biavati Filho

Sancler Hungria Guimarães  
Marcelo Piancastelli de Siqueira

**CONSELHEIROS FISCAIS DE CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. 2011**

Antônio Ayrton Rossi

Sérgio Luiz da Silva Nogueira

Frederico de Pina Álvares Filho

Sergio Padovan

Mauro Rocha de Freitas

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

"O Conselho Fiscal da Corumbá Concessões S/A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011, bem como o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 24 de fevereiro de 2012 e verificou a exatidão de todos os elementos apreciados. Manifesta-se favoravelmente às referidas demonstrações, entendendo que refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no exercício, recomendando à sua apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia."

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Corumbá Concessões S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota 16(d) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está avaliando o mérito da solicitação de recomposição de valores associados a obras, efetuado pelo fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A., no montante aproximado de R\$ 150.000 mil, em 31 de dezembro de 2011. Tendo em vista o estágio de apreciação dessa solicitação, a administração não registrou provisão sobre esse assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Brasília, 24 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde  
Contador  
CRC 1MG051926/O-0 "S" DF